



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 2023/0121

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, a empresa **REAL JG FACILITIES S/A**, para a **prestação de serviços de limpeza nas dependências do Serviço Médico de Emergência da Secretaria de Gestão de Pessoas, em áreas administrativa e de pronto atendimento médico, com o fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO** ou **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **REAL JG FACILITIES S/A**, com sede no SIBS, Quadra 01, Conjunto B, Lote 16, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, CEP: 71.736-102, telefone nº (61) 3363-7575, CNPJ-MF nº 08.247.960/0001-62, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. FLÁVIA MACENA DE SOUSA, CI. 2.776.181, expedida pela SSP/DF, CPF nº 029.999.161-08, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 62/2023**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº 00100.129085/2023-83 do Processo nº 00200.000191/2023-58, incorporando o edital e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, documento digital nº 00100.128960/2023-18, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de limpeza nas dependências do Serviço Médico de Emergência da Secretaria de Gestão de Pessoas, em áreas administrativa e de pronto atendimento médico, com o fornecimento de produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, durante 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:





SENADO FEDERAL

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II -** apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV -** manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- V -** manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, em até 3 (três) dias, a contar do início da execução dos serviços, de acordo com a respectiva categoria profissional e conforme especificações estabelecidas no Anexo 4 do edital, com número mínimo de 2 (dois) conjuntos de uniformes completos ao iniciar o contrato e 1 (um) a cada semestre; vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- VI -** fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:
- a)** relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e
 - b)** documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;
- VII -** comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;
- VIII -** substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências de qualificação especificadas para o respectivo posto de trabalho, nos seguintes casos:
- a)** falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 3 (três) horas, a contar da comunicação da ausência;
 - b)** gozo de férias e licenças;
 - c)** solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
 - d)** automaticamente, após 3 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências; e



**SENADO FEDERAL**

e) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

IX - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 41,72 (quarenta e um reais e setenta e dois centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

X - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XI - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XII - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;

XIII - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exige a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XIV - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.

XV - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do edital).



**SENADO FEDERAL**

- XVI -** observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.
- XVII -** manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.
- XVIII -** manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.
- XIX -** responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.
- XX -** fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- XXI -** apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
- a)** relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
 - b)** indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
 - c)** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela contratada;
 - d)** exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;
- XXII -** entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:
- a)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- XXIII -** entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:





SENADO FEDERAL

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXIV - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXV - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXI.

XXVI - entregar o modelo de autorização constante no Anexo 11 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXVII - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXVIII - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:



**SENADO FEDERAL**

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXIX - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXX - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 17 do edital;

XXXI - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O disposto no Parágrafo Primeiro deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO QUARTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 62/2023.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO OITAVO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

- I** - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;
- II** - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;
- III** - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;
- IV** - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;
- V** - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;



**SENADO FEDERAL**

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

IX - solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no parágrafo segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços será realizada nas dependências do Serviço Médico de Emergência - SEMEDE, em áreas administrativas, em áreas de pronto atendimento médico crítica, semicrítica e não crítica, e área de vidros, conforme descrito no Anexo 2, nos dias úteis, das 7h às 22h.

I - Os horários de execução dos serviços para cada área serão definidos pelo SENADO de forma a atender às suas necessidades, em função das especificidades requeridas por cada ambiente, lembrando sempre que o horário de funcionamento do setor não é determinante para a fixação do horário de execução dos serviços de limpeza, pois a necessidade de limpeza não necessariamente deve ocorrer durante todo o horário de funcionamento do ambiente.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no Parágrafo Primeiro deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo Gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A jornada de trabalho dos profissionais referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, bem como no Anexo 3 do edital, poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – Os profissionais alocados na execução dos serviços deverão atender aos requisitos e desempenhar as atribuições previstas no Anexo 2 do edital.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a execução dos serviços de limpeza, a CONTRATADA deverá observar a localização, classificação, frequência e horários de limpeza, condicionado aos horários estabelecidos para cada etapa pela equipe de gestão do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA se compromete a conhecer em sua plenitude o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do Serviço Médico de Emergência (Secretaria de Gestão de Pessoas) se responsabilizando pelas ações referentes à: (1) segregação (no que couber); (2) acondicionamento; (3) coleta interna e (4) armazenamento externo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A periodicidade e frequência de limpeza concorrente nos ambientes específicos serão determinadas pela equipe de gestão, compreendendo minimamente:

- a) Áreas críticas – limpeza diária;
- b) Áreas semicríticas – limpeza diária;
- c) Áreas não críticas – limpeza diária;
- d) Janelas (face interna e externa) – limpeza semanal ou quando necessário;
- e) Depósito de resíduos – limpeza diária; e
- f) Almojarifado de Material Médico-hospitalar – limpeza diária.

PARÁGRAFO OITAVO – As tarefas devem ser executadas conforme discriminado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LIMPEZA CONCORRENTE
1-EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Carrinho de serviço completo com baldes, • Panos e sacos de lixo padronizados, • mopps e esfregões, • Produtos de limpeza, conforme disposto no item 10 do Anexo 2 do edital. • EPIs conforme disposto no item 13 do Anexo 2 do edital. • Produtos de reposição e outros necessários





SENADO FEDERAL

2 - MÉTODO	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza úmida para todas as superfícies, utilizando baldes de cores diferentes para solução detergente e para água limpa; • Limpeza molhada para banheiro; • Desinfecção na presença de matéria orgânica.
3 - TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar sempre da área mais limpa para a mais suja. • Utilizar movimento único de limpeza.
4 - FREQUENCIA DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Observar as determinações especificadas para cada ambiente/superfície já discriminadas no item 1 do Anexo 2 do edital.
5 - ETAPAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir todo material necessário em carrinho de limpeza; 2. Colocar o carrinho ao lado da porta de entrada do ambiente, sempre do lado de fora; 3. Colocar os EPIs necessários para a realização da limpeza; 4. Efetuar, quando necessária, a desinfecção do local, mediante remoção da matéria orgânica exposta, conforme normas vigentes. Após a devida desinfecção, as luvas deverão ser trocadas para execução das demais etapas; 5. Recolher os sacos de lixo do local, fechá-los adequadamente e depositá-los no saco hamper do carrinho de limpeza e efetuar a troca de luvas; 6. Realizar a remoção das migalhas, papéis, cabelos e outros; 7. Iniciar a limpeza pelo mobiliário com solução detergente para a remoção da sujeira, proceder ao enxágue e, sempre que necessário, realizar fricção com álcool 70%; 8. Proceder à limpeza da porta / visor e maçaneta com solução detergente e enxaguar; 9. Proceder à limpeza do piso com solução detergente; 10. Realizar a limpeza do banheiro, iniciando pela pia, o box, o vaso sanitário e, por fim, o piso; 11. Despejar o conteúdo dos baldes no local indicado pelo SENADO, procedendo à higienização dos mesmos; 12. Proceder à higienização do recipiente de lixo com solução detergente, em local específico; 13. Retirar as luvas e lavar as mãos; 14. Repor os sacos de lixo; 15. Repor os produtos de higiene pessoal (sabão, papel toalha e papel higiênico).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LIMPEZA TERMINAL
1 - EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • carrinho de serviço completo com baldes, • panos e sacos de lixo padronizados, • mopps e esfregões, • produtos de limpeza conforme disposto no item 10 do Anexo 2 do edital. • EPIs, conforme disposto no item 13 do Anexo 2 do edital. • produtos de reposição e outros necessários.
2 - MÉTODO	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza úmida para todas as superfícies, utilizando baldes de cores diferentes para solução detergente e para água limpa • Limpeza molhada para banheiro;





SENADO FEDERAL

	<ul style="list-style-type: none"> • Desinfecção na presença de matéria orgânica.
3 - TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar sempre da área mais limpa para a mais suja. • Utilizar movimento único de limpeza.
4 - FREQUÊNCIA DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Observar as determinações especificadas para cada ambiente/superfície já discriminadas no item 1 do Anexo 2 do edital.
5 - ETAPAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir todo material necessário em carrinho de limpeza; 2. Colocar o carrinho ao lado da porta de entrada do ambiente, sempre do lado de fora 3. Colocar os EPIs necessários para a realização da limpeza 4. Efetuar, quando necessária, a desinfecção do local, mediante remoção da matéria orgânica exposta, conforme normas vigentes. Após a devida desinfecção, as luvas deverão ser trocadas para execução das demais etapas; 5. Recolher os sacos de lixo do local, fechá-los adequadamente e depositá-los no saco hamper do carrinho de limpeza. 6. Iniciar a limpeza interna e externa do mobiliário da unidade com solução detergente para remoção da sujidade; proceder ao enxágue e após friccionar com álcool 70%; 7. Executar a limpeza do teto, luminárias, janela, paredes / divisórias, grades de ar condicionado e/ou exaustor, portas/ visores, maçanetas, interruptores e outras superfícies; 8. Proceder à lavagem do piso com solução detergente, preferencialmente com máquinas; 9. Realizar a lavagem do banheiro, limpeza do teto, paredes, pia (inclusive torneiras), box, vaso sanitário e, por fim, o piso; 10. Despejar o conteúdo dos baldes no local indicado pelo SENADO, procedendo à higienização dos mesmos; 11. Proceder à higienização do recipiente de lixo com solução detergente, em local específico. 12. Retirar as luvas e lavar as mãos. 13. Repor os sacos de lixo nos respectivos recipientes limpos; 14. Repor os produtos de higiene pessoal (sabão, papel toalha e papel higiênico).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DESINFECÇÃO
1- EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • carrinho de serviço completo com baldes, • panos e sacos de lixo padronizados, • produtos de limpeza conforme disposto no item 10 do Anexo 2 do edital. • EPIs, conforme disposto no item 13 do Anexo 2 do edital. • Papel absorvente.
2 - MÉTODO	Desinfecção na presença de matéria orgânica.
3 - TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> • Retirar o excesso de carga contaminante com papel absorvente • Aplicar desinfetante adequado, sobre a área afetada , retirando-o com pano molhado, após o tempo recomendado. Utilizar movimento único de limpeza.





SENADO FEDERAL

4 – FREQUENCIA DE EXECUÇÃO	Sempre que necessário.
5 - ETAPAS	<ol style="list-style-type: none"> 1 Reunir todo material necessário em carrinho de limpeza; 2 Colocar os EPIs necessários para a realização da limpeza com luvas apropriadas, retirar o excesso de carga contaminante com papel absorvente; 3 Expurgar o papel em sacos plástico de lixo; 4 Proceder à limpeza da superfície com água e sabão. 5 Opcionalmente, a critério do gestor, poderá ser aplicado, sobre a área afetada, desinfetante adequado, retirando-o com pano molhado, após o tempo recomendado.

PARÁGRAFO NONO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por pelo e-mail ngcot@senado.leg.br.

CLÁUSULA QUINTA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação e de apuração do contingente operacional atuando no período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A avaliação da CONTRATADA na Prestação de Serviços de Limpeza consiste na análise dos seguintes módulos relativos à qualidade dos serviços:

- a) Equipamentos, Produtos e Técnica de Limpeza;
- b) Pessoal;
- c) Frequência e
- d) Inspeção dos Serviços nas Áreas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços os conceitos “Muito Bom”, “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 3 (três), 2 (dois), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, conforme indicado abaixo:





SENADO FEDERAL

MUITO BOM	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
3 (três) pontos	2 (dois) pontos	1 (um) ponto	0 (zero) ponto
Refere-se à conformidade total dos critérios	Refere-se à conformidade parcial dos critérios	Refere-se à desconformidade parcial dos critérios	Refere-se à desconformidade total dos critérios

I - MUITO BOM

- a) Inexistência de poeira;
- b) Inexistência de sujeidade;
- c) Vidros limpos;
- d) Superfície sem sangue e / ou fluidos corpóreos;
- e) Todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente;
- f) Recipientes para o acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3 de sua capacidade;
- g) Funcionário fixo e treinado no setor, uniformizado e com EPI;
- h) Materiais e produtos padronizados em quantidade suficiente;
- i) Carrinho de limpeza limpo, estado de limpeza das cabeleiras de mopp e panos de limpeza, livres de resíduos.

II - BOM

- a) Ocorrência de poeira em local isolado que não seja próximo à execução de procedimentos invasivos;
- b) Ocorrência isolada de lixeira fora do padrão;
- c) Ocorrência isolada no reabastecimento.

III - REGULAR

- d) Ocorrência de poeira em vários locais, que não seja próximo à execução de procedimentos invasivos;
- e) Ocorrência de várias lixeiras fora do padrão;
- f) Ocorrências por falta de reabastecimento;
- g) Quebra de técnica de limpeza;
- h) Saídas de ar condicionado sujas e móveis sujos ou com poeira;
- i) Piso sujo e molhado.

IV - PÉSSIMO





SENADO FEDERAL

- j)** Poeira e sujidades em salas cirúrgicas / de curativo, locais de procedimentos e mobiliários;
- k)** Presença de sangue e fluidos corpóreos nas superfícies;
- l)** Ocorrência de poeira em superfícies fixas próximas ao paciente, local de preparo de medicamentos, salas de procedimentos;
- m)** Quebra de técnica de limpeza;
- n)** Carro de limpeza incompleto;
- o)** Saídas de ar condicionado sujas e móveis sujos com poeira;
- p)** Não reabastecimento de descartáveis, uso incorreto dos sacos de lixo nos recipientes;
- q)** Lixeiras sujas e transbordando;
- r)** Piso molhado ou sujo, oferecendo risco de acidentes;
- s)** Não cumprimento do plano de atividades e do cronograma de limpeza sem motivo ou sem comunicação com o gestor do contrato;
- t)** Funcionário com uniforme e EPI incompleto ou não uso de EPC;
- u)** Execução de limpeza sem técnica adequada;
- v)** Materiais, produtos ou equipamentos incompletos ou em quantidade insuficiente;
- w)** Sanitários sujos e com odor inadequado.

PARÁGRAFO QUARTO - Itens da avaliação de qualidade dos serviços de limpeza e pontuação a ser obtida em cada módulo:

MÓDULOS		ITENS AVALIADOS	PONTUAÇÃO A SER OBTIDA EM CADA MÓDULO
A	EQUIPAMENTO, PRODUTO E TÉCNICA	A.1 Carro de limpeza	De 0 a 9.
		A.2 Produtos de limpeza	
		A.3 Técnicas de limpeza	
B	QUALIDADE DOS PROFISSIONAIS	B.1 Uniformidade da equipe	De 0 a 9.
		B.2 Apresentação – Uniformização	
		B.3 Equipamento de Proteção Individual	
C	FREQUÊNCIA	C.1 Cumprimento do cronograma e das atividades	De 0 a 3.
D	INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	D.1 Avaliação direta nas áreas em 17 itens	De 0 a 51.
PONTUAÇÃO TOTAL DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA			De 0 a 72





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - A cada total da pontuação por módulo (A, B C e D), aplica-se um peso percentual diferenciado, obtido mediante a divisão deste total pelo respectivo peso (%), compondo assim o resultado da avaliação de qualidade dos serviços de limpeza, conforme quadro abaixo:

TOTAL DE PONTOS DOS MÓDULOS	PESO (%) NA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA
A (9)	0,15	60
B (9)	0,15	60
C (3)	0,20	15
D (51)	0,50	102
RESULTADO DA AVALIAÇÃO =		237

PARÁGRAFO SEXTO - Ao final de cada período mensal, será obtida a média aritmética dos resultados das 8 (oito) avaliações de qualidade dos serviços de limpeza.

I - O resultado de cada avaliação terá como teto máximo 237 pontos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será apurada mensalmente a média diária dos funcionários operacionais, atuando diretamente em cada Unidade, que deverá ser dividida pelo contingente estipulado no quadro abaixo e multiplicado por 100, gerando assim valor numérico para efeitos de fatura.

Item	Quantidade	Categoria
1	1	Encarregado de turma
2	4	Servente
Total	5	

I - O resultado da apuração do contingente terá como teto máximo 100 pontos.

PARÁGRAFO OITAVO - Para obtenção do Valor Mensal da Fatura, os resultados das Avaliações de Qualidade e do Contingente de Operacionais serão divididos por 0,50 e posteriormente somados, conforme verificado abaixo:

ITEM	PONTUAÇÃO MÁXIMA	DIVISOR	RESULTADO FINAL
Resultado das Avaliações	237	0,5	474
Contingente de Operacionais	100	0,5	200
VALOR FINAL PARA FATURA			674

PARÁGRAFO NONO – Ultrapassado o limite máximo de glosa de 25 % (vinte e cinco por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, que equivale a somatório final





SENADO FEDERAL

abaixo de 299 pontos, será aplicada a multa específica prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato. Os intervalos de pontos para liberação da fatura, são os seguintes:

LIBERAÇÃO DE 100 % DA FATURA	DE: 500 A 674 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 95 % DA FATURA	DE: 400 A 499 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 90 % DA FATURA	DE: 350 A 399 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 80 % DA FATURA	DE: 300 A 349 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 75 % DA FATURA	ABAIXO DE: 299 PONTOS

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Indicador de Qualidade de Serviço													
Módulo A – equipamentos, produtos e técnica.													
Item	Descrição												
Finalidade	Garantir limpeza de todas as superfícies fixas horizontais e verticais bem como das condições de manutenção da ordem no setor; limpeza dos dispensadores de sabonete, composição do carro funcional nos padrões especificados, com todos os materiais e frascos com produtos químicos identificados corretamente; correta diluição em quantidade adequada dos produtos utilizados para a execução das tarefas. Reabastecimento dos descartáveis / consumíveis como: papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido, e sacos para o acondicionamento dos resíduos manter cestos e sacos de lixo adequados em cada recipiente, observando-se para a quantidade de lixo que não deve ultrapassar de 2/3 da capacidade.												
Meta a cumprir	O carro de limpeza está limpo, organizado, sem falta de itens padronizados e todos os componentes estão identificados; Todos os produtos utilizados segundo as determinações do gestor do contrato e a especificação técnica do edital. As soluções estão em recipientes adequados e identificados e com diluição correta; A técnica de limpeza está correta segundo as recomendações estabelecidas.												
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica pelo fiscal do contrato seguindo critérios abaixo: <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS</th> <th>PONTOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="4">A.1 CARRO DE LIMPEZA</td> <td>O carro de limpeza está limpo, organizado, sem falta de itens padronizados e todos os componentes estão identificados</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta de até 2 itens padronizados</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta acima de 2 itens padronizados</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>O carro de limpeza está desorganizado, sujo e itens faltando.</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS	A.1 CARRO DE LIMPEZA	O carro de limpeza está limpo, organizado, sem falta de itens padronizados e todos os componentes estão identificados	3	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta de até 2 itens padronizados	2	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta acima de 2 itens padronizados	1	O carro de limpeza está desorganizado, sujo e itens faltando.	0
DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS											
A.1 CARRO DE LIMPEZA	O carro de limpeza está limpo, organizado, sem falta de itens padronizados e todos os componentes estão identificados	3											
	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta de até 2 itens padronizados	2											
	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta acima de 2 itens padronizados	1											
	O carro de limpeza está desorganizado, sujo e itens faltando.	0											





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço			
Módulo A – equipamentos, produtos e técnica.			
Item	Descrição		
	A.2 PRODUTOS DE LIMPEZA	Todos os produtos estão sendo utilizados segundo as determinações do gestor do contrato e a especificação técnica do edital. Diluição correta, as soluções estão em recipientes adequados e identificados	3
		Os produtos e a diluição estão corretos, porém não seguem a indicação de uso no local	2
		Os produtos estão corretos, mas a diluição é incorreta Os produtos estão em recipientes inadequados	1
		Os produtos não são indicados para o uso no local A diluição é incorreta Os produtos estão em recipientes inadequados e sem identificação	0
	A.3 TÉCNICAS DE LIMPEZA	A técnica de limpeza está correta segundo as recomendações estabelecidas	3
		Os equipamentos e materiais estão corretos, mas há erro na ordem da realização da técnica	2
		A técnica está parcialmente correta, porém a solução dos baldes apresenta-se turva	1
		A técnica está incorreta e a solução está muito suja	0
Periodicidade	Mensal		
Mecanismo de cálculo	Somar pontuação obtida no instrumento de avaliação do módulo e dividir resultado por 0,15 (peso do módulo na avaliação global de qualidade) para obter o resultado desse indicador conforme descrito no Parágrafo Quinto.		
Início de Vigência	Início da vigência contratual.		
Faixas de ajuste no pagamento	Somar o resultado obtido neste indicador aos demais módulos de avaliação para obter resultado da avaliação de qualidade dos serviços que deverá ser dividido por 0,5. Seguir os cálculos de resultado dos valores para emissão das faturas mensais descritos no Parágrafo Oitavo e liberar fatura conforme intervalos de pontos alcançados no Parágrafo Nono.		

Indicador de Qualidade de Serviço	
Módulo B – Qualidade dos profissionais.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir funcionário fixo e treinado no setor, uniformizado e com EPI.
Meta a cumprir	Diariamente manter equipe completa durante todo horário previsto na execução do serviço.
Instrumento de medição e forma	Mediante controle por planilha eletrônica pelo fiscal do contrato seguindo critérios abaixo:





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço			
Módulo B – Qualidade dos profissionais.			
Item	Descrição		
de acompanhamento	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		
	B.1 UNIFORMIDADE DA EQUIPE	Os serviços são executados por funcionários operacionais capacitados. Mantém fixas as escalas dos funcionários.	3
		Os serviços são executados por funcionários operacionais capacitados. Não mantém fixas as escalas dos funcionários.	2
		Os serviços são executados por funcionários operacionais com capacitação precária. Não mantém fixas as escalas dos funcionários.	1
		Os serviços são executados por funcionários operacionais com capacitação precária. Posturas inadequadas, desrespeitam as chefias e demais profissionais de saúde da área, são agressivos no relacionamento com os colegas.	0
	B.2 APRESENTAÇÃO UNIFORMIZAÇÃO	Uniformizados completamente como no descritivo. Uniformes limpos, passados e íntegros e portando identificação funcional. Os cabelos estão presos e utilizam gorros.	3
		Uniformes incompletos, passados e limpos, com identificação funcional.	2
		Uniforme completos, rasgados, sujos, amarrotados. Utilização de adereços inadequados para a execução dos serviços.	1
		Uniformes incompletos. Apresentam sujidades no uniforme.	0
	B.3 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	EPIs disponíveis para o uso e são adequados.	3
		Disponibilidade parcial de EPIs. Falta um ou mais itens.	2
		EPIs utilizados incorretamente. Utilizam luvas cirúrgicas ao invés das de borrachas.	1
		Não utilizam EPIs nas situações em que são requeridos. Luvas para manipulação de materiais contaminados.	0
	Periodicidade	Mensal	
	Mecanismo de cálculo	Somar pontuação obtida no instrumento de avaliação do módulo e dividir resultado por 0,15 (peso do módulo na avaliação global de qualidade) para obter o resultado desse indicador conforme descrito no item Parágrafo Quinto.	
Início de Vigência	Início da vigência contratual.		
Faixas de ajuste no pagamento	Somar o resultado obtido neste indicador aos demais módulos de avaliação para obter resultado da avaliação de qualidade dos serviços que deverá ser dividido por 0,5. Seguir os cálculos de resultado dos valores para emissão das faturas mensais descritos no Parágrafo Oitavo e liberar fatura conforme intervalos de pontos alcançados no Parágrafo Nono.		





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço													
Módulo C – frequência das atividades													
Item	Descrição												
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão considerando a periodicidade e frequência de limpeza concorrente e terminal nos ambientes.												
Meta a cumprir	Cumprimento integral dos itens especificados no Anexo 2 do edital.												
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por planilha eletrônica pelo fiscal do contrato seguindo critérios abaixo:												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS</th> <th>PONTOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="4">C1 CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E DAS ATIVIDADES</td> <td>A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Apresenta cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Não apresenta o cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>A frequência de limpeza terminal tem ocorrido parcialmente de acordo com o estabelecido pela área diária, semanal, mensal. O cronograma está checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está em desacordo com a programação.</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>A frequência de limpeza terminal não tem ocorrido. O cronograma não está checado, e não apresenta o impresso de execução da limpeza terminal assinado pelo responsável da empresa e da área.</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS	C1 CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E DAS ATIVIDADES	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Apresenta cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	3	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Não apresenta o cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	2	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido parcialmente de acordo com o estabelecido pela área diária, semanal, mensal. O cronograma está checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está em desacordo com a programação.	1	A frequência de limpeza terminal não tem ocorrido. O cronograma não está checado, e não apresenta o impresso de execução da limpeza terminal assinado pelo responsável da empresa e da área.	0
	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS										
	C1 CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E DAS ATIVIDADES	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Apresenta cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	3										
		A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Não apresenta o cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	2										
A frequência de limpeza terminal tem ocorrido parcialmente de acordo com o estabelecido pela área diária, semanal, mensal. O cronograma está checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está em desacordo com a programação.		1											
A frequência de limpeza terminal não tem ocorrido. O cronograma não está checado, e não apresenta o impresso de execução da limpeza terminal assinado pelo responsável da empresa e da área.		0											
Periodicidade	Mensal												
Mecanismo de cálculo	Somar pontuação obtida no instrumento de avaliação do módulo e dividir resultado por 0,20 (peso do módulo na avaliação global de qualidade) para obter o resultado desse indicador conforme descrito no Parágrafo Quinto.												
Início de Vigência	Início da vigência contratual.												
Faixas de ajuste no pagamento	Somar o resultado obtido neste indicador aos demais módulos de avaliação para obter resultado da avaliação de qualidade dos serviços que deverá ser dividido por 0,5. Seguir os cálculos de resultado dos valores para emissão das faturas mensais descritos no Parágrafo Oitavo e liberar fatura conforme intervalos de pontos alcançados no Parágrafo Nono.												

Indicador de Qualidade de Serviço	
Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir biossegurança no atendimento de saúde.





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço																																																					
Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.																																																					
Item	Descrição																																																				
Meta a cumprir	Manter ambiente livre de poeira, sujeidade com superfícies sem sangue e/ou fluidos corpóreos; Manter recipientes para acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3 de sua capacidade e todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente.																																																				
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS</th> <th>PONTOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="4">D.1 ACESSÓRIOS SANITÁRIOS (Espelhos, Toalheiro e Saboneteira)</td> <td>Acessórios completos e isentos de sujeidade</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Pequena quantidade de sujeidade</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade nos cantos dos acessórios. Falta de material (papel higiênico, toalha e sabonete líquido)</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade em sua extensão e interior. Falta de material</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td rowspan="4">D.2 APARELHOS TELEFÔNICOS</td> <td>Aparelho limpo e sem gordura</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Aparelho com pouca sujeidade no fone ou disco/teclas</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade na fiação, teclas e disco</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade manchas e pó em fiação e no aparelho</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td rowspan="4">D.3 BEBEDOURO</td> <td>Isento de sujeidade. Bandeja de bebedouro limpa</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade na parede (carcaça). Bandeja do bebedouro limpa</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Presença de manchas antigas de sujeidade. Bandeja do bebedouro isenta de sujeidade orgânica</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade orgânica e lodo</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td rowspan="4">D.4 BOX DE BANHO</td> <td>Limpo e isento de manchas</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Presença de manchas (gordura do sabão e água) antigas incrustadas</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Presença de sujeidade nos trilhos e sujeidade nos ralos (cabelos, vassoura)</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Presença de lodo e sujeidade orgânica</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td rowspan="4">D.5 - EXTINTORES DE INCÊNDIO E QUADROS EM GERAL</td> <td>Ausência de pó</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Presença de pouca quantidade de pó em sua superfície</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Presença de grande quantidade de pó na parte superior e lateral</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Presença de objetos de limpeza acondicionado inadequadamente e com sujeidades</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">D.6 LAVATÓRIOS</td> <td>Cubas sanitárias/ louças limpas e sem manchas de sujeira.</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Cubas sanitárias com manchas secas de água e ou sabonete sem sujeidade</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS	D.1 ACESSÓRIOS SANITÁRIOS (Espelhos, Toalheiro e Saboneteira)	Acessórios completos e isentos de sujeidade	3	Pequena quantidade de sujeidade	2	Presença de sujeidade nos cantos dos acessórios. Falta de material (papel higiênico, toalha e sabonete líquido)	1	Presença de sujeidade em sua extensão e interior. Falta de material	0	D.2 APARELHOS TELEFÔNICOS	Aparelho limpo e sem gordura	3	Aparelho com pouca sujeidade no fone ou disco/teclas	2	Presença de sujeidade na fiação, teclas e disco	1	Presença de sujeidade manchas e pó em fiação e no aparelho	0	D.3 BEBEDOURO	Isento de sujeidade. Bandeja de bebedouro limpa	3	Presença de sujeidade na parede (carcaça). Bandeja do bebedouro limpa	2	Presença de manchas antigas de sujeidade. Bandeja do bebedouro isenta de sujeidade orgânica	1	Presença de sujeidade orgânica e lodo	0	D.4 BOX DE BANHO	Limpo e isento de manchas	3	Presença de manchas (gordura do sabão e água) antigas incrustadas	2	Presença de sujeidade nos trilhos e sujeidade nos ralos (cabelos, vassoura)	1	Presença de lodo e sujeidade orgânica	0	D.5 - EXTINTORES DE INCÊNDIO E QUADROS EM GERAL	Ausência de pó	3	Presença de pouca quantidade de pó em sua superfície	2	Presença de grande quantidade de pó na parte superior e lateral	1	Presença de objetos de limpeza acondicionado inadequadamente e com sujeidades	0	D.6 LAVATÓRIOS	Cubas sanitárias/ louças limpas e sem manchas de sujeira.	3	Cubas sanitárias com manchas secas de água e ou sabonete sem sujeidade	2
	DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS																																																			
	D.1 ACESSÓRIOS SANITÁRIOS (Espelhos, Toalheiro e Saboneteira)	Acessórios completos e isentos de sujeidade	3																																																		
		Pequena quantidade de sujeidade	2																																																		
		Presença de sujeidade nos cantos dos acessórios. Falta de material (papel higiênico, toalha e sabonete líquido)	1																																																		
		Presença de sujeidade em sua extensão e interior. Falta de material	0																																																		
	D.2 APARELHOS TELEFÔNICOS	Aparelho limpo e sem gordura	3																																																		
		Aparelho com pouca sujeidade no fone ou disco/teclas	2																																																		
		Presença de sujeidade na fiação, teclas e disco	1																																																		
		Presença de sujeidade manchas e pó em fiação e no aparelho	0																																																		
	D.3 BEBEDOURO	Isento de sujeidade. Bandeja de bebedouro limpa	3																																																		
		Presença de sujeidade na parede (carcaça). Bandeja do bebedouro limpa	2																																																		
		Presença de manchas antigas de sujeidade. Bandeja do bebedouro isenta de sujeidade orgânica	1																																																		
		Presença de sujeidade orgânica e lodo	0																																																		
	D.4 BOX DE BANHO	Limpo e isento de manchas	3																																																		
		Presença de manchas (gordura do sabão e água) antigas incrustadas	2																																																		
		Presença de sujeidade nos trilhos e sujeidade nos ralos (cabelos, vassoura)	1																																																		
		Presença de lodo e sujeidade orgânica	0																																																		
	D.5 - EXTINTORES DE INCÊNDIO E QUADROS EM GERAL	Ausência de pó	3																																																		
		Presença de pouca quantidade de pó em sua superfície	2																																																		
		Presença de grande quantidade de pó na parte superior e lateral	1																																																		
		Presença de objetos de limpeza acondicionado inadequadamente e com sujeidades	0																																																		
	D.6 LAVATÓRIOS	Cubas sanitárias/ louças limpas e sem manchas de sujeira.	3																																																		
		Cubas sanitárias com manchas secas de água e ou sabonete sem sujeidade	2																																																		





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço				
<i>Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.</i>				
Item	Descrição			
		Comando de registros e válvulas hidra com sujidade e pouco brilho. Isento de sujidade orgânica. Presença de cabelos. Presença de crostas na superfície do ralo da pia.	1	
		Presença de sujidade orgânica e lodo. Crostas na borda interna superior do vaso e no ralo da pia.	0	
	D.7 MÓVEIS	Móveis limpos	3	
		Móveis com pouca sujidade nos cantos de sua superfície	2	
		Presença de sujidades nos cantos e pés	1	
		Presença de pó e manchas em sua superfície	0	
	D.8 PAREDE	Parede isenta de sujidade	3	
		Parede isenta de sujidade orgânica; presença de sujidade em pontos localizados;	2	
		presença de resquícios de material ou produto de limpeza		
		Parede isenta de sujidade orgânica; Presença de manchas de fita adesiva envelhecida, pó em sua extensão	1	
	D.9 PERSIANAS	Parede apresentando manchas de secreção, restos de alimentos e respingos principalmente nas áreas mais baixas da parede	0	
		Persianas limpas	3	
		Persianas com algumas manchas	2	
		Persianas com sujidade em pontos isolados e pó	1	
	D.10 PIAS – CUBAS	Persianas com pó e sujas	0	
		PIAs isentas de sujidade	3	
		Presença de manchas secas de água e produto de limpeza	2	
		Presença de sujidade de sujidade (resto de água suja) Comando da torneira com sujidades	1	
	D.11 PISO	PIAs com presença de sujidades orgânica e lodo	0	
		Piso sem sujidades, com enceramento e com brilho	3	
Piso com sujidades nos cantos (pó) em pequena quantidade de material sólido recente		2		
Presença de sujidades sólidas em sua extensão (papel, ciscos); Piso com alguma sujidade orgânica		1		
	Piso com sujidade orgânica (sangue, secreção restos de alimentos pó acumulado)	0		





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço			
Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.			
Item	Descrição		
	D.12 PORTA – BATENTES – MAÇANETAS	Portas e maçanetas limpas sem manchas	3
		Presença de sujeidade removível na área próxima à maçaneta; Presença de pequena quantidade de sujeidade (pó)	2
		Presença de sujeidade removível: mão fita adesiva, pó, respingo; Presença de sujeidade entre a porta e a parede	1
		Presença de sujeidade orgânica e pó.	0
	D.13 RECIPIENTE PARA RESÍDUOS (Lixeiras)	Cesto de lixo limpo, seco, sem resquícios de matéria orgânica. Embalagem na cor correta de acordo com o resíduo gerado na área. Sacos trocados com 2/3 da capacidade de acondicionamento	3
		Cesto de lixo limpo, seco, com alguns resquícios de matéria orgânica. Presença de saco de lixo cheio além do limite 2/3	2
		Cesto de lixo sujo no seu interior. Molhada na parte interna, com embalagem adequada, com os resíduos transbordando.	1
		Cesto de lixo sujo. Os resíduos transbordando, respingos de matéria orgânica, embalagem errada para o tipo de resíduo gerado. Não há troca dos sacos de lixo.	0
	D.14 SAÍDAS DE AR CONDICIONADO - EXAUSTORES	Saídas de ar condicionado e/ou exaustores isentos de poeira ou outras sujidades	3
		Saídas de ar condicionado e/ou exaustores com presença de poeira em pontos localizados;	2
		Saídas de ar condicionado e/ou exaustores com presença de poeira, manchas e picomã na maioria dos itens vistoriados	1
		Todas as saídas de ar condicionado e/ou exaustores apresentam poeira, manchas, picomãs, sujidades	0
	D.15 TAPETES	Tapete limpo	3
		Tapete limpo com algumas sujidades sólidas	2
		Tapete com sujidades nos cantos, adesivos (chicletes)	1
		Tapete apresentando sujeidade sólida além de papéis e pó	0
	D.16 TETO	Teto limpo, sem sujidades	3
		Teto limpo com sujeidade em pontos isolados	2
		Teto com presença de sujidades nos cantos próximo à parede	1
		Teto com sujidades como picomã, matéria orgânica etc.	0
D.17 VIDROS	Vidros limpos. O cronograma é cumprido	3	





SENADO FEDERAL

Indicador de Qualidade de Serviço			
<i>Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.</i>			
Item	Descrição		
	Presença de discreta sujidade. O cronograma é cumprido parcialmente	2	
	Vidro limpo com sujidades nos cantos. Pó em sua extensão. O cronograma de limpeza não está sendo cumprido de acordo com a frequência estabelecida	1	
	Presença de sujidades sólidas e manchas de líquidos em sua extensão. A limpeza é deficiente. O cronograma não esta sendo cumprido.	0	
Periodicidade	Mensal		
Mecanismo de cálculo	Somar pontuação obtida no instrumento de avaliação do módulo e dividir resultado por 0,50 (peso do módulo na avaliação global de qualidade) para obter o resultado desse indicador conforme descrito no Parágrafo Quinto.		
Início de Vigência	Início da vigência contratual		
Faixas de ajuste no pagamento	Somar o resultado obtido neste indicador aos demais módulos de avaliação para obter resultado da avaliação de qualidade dos serviços que deverá ser dividido por 0,5. Seguir os cálculos de resultado dos valores para emissão das faturas mensais descritos no Parágrafo Oitavo e liberar fatura conforme intervalos de pontos alcançados no Parágrafo Nono.		

Indicador de Contingente de operacionais	
Contingente de operacionais atuando no período	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento às demandas do órgão com equipe completa.
Meta a cumprir	100% da equipe prevista para o período.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle das folhas de ponto pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Apurar média diária de funcionários operacionais e dividir pelo contingente estipulado neste TR e multiplicar por 100 resultando num valor numérico que tem teto máximo de 100 pontos.
Início de Vigência	Início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	Dividir o resultado obtido neste indicador 0,5 e somar ao resultado das avaliações de qualidade. Seguir os cálculos de Resultado dos valores para emissão das faturas mensais descritos no Parágrafo Oitavo e liberar fatura conforme intervalos de pontos alcançados Parágrafo Nono.





SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

- I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e
- IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

I - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de **R\$ 27.725,54** (vinte e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.128960/2023-18, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços (e ou fornecimentos) não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
1	Servente de Limpeza	4	R\$ 4.980,31	R\$ 19.921,24
2	Encarregado	1	R\$ 7.804,30	R\$ 7.804,30
TOTAL MENSAL				R\$ 27.725,54
TOTAL ANUAL (12 meses)				R\$ 332.706,48

TABELA 2 – RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS						
Item	Produto	Quantidade anual	Apresentação	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total anual
1	Água Sanitária 1%	1020	Litros	HIPPER	1,54	1.570,80
2	Álcool 70%	480	Litros	UZUCLEAN	3,95	1.896,00
3	Álcool gel	30	Litros	UZUCLEAN	3,08	92,40
4	Avental descartável	120	Unidades	MEDIX	2,65	318,00
5	Balde plástico 20 litros	10	Unidades	SANREMO	7,95	79,50
6	Botas de	30	Pares	INNPRO	17,00	510,00





SENADO FEDERAL

	borracha branca					
7	Caixa Perfuro Cortante capacidade total 7 Litros	480	Unidades	DESCARPACK	2,58	1.238,40
8	Capa de chuva	30	Unidades	MAICOL	2,64	79,20
9	Cera Incolor Antiderrapante	60	Litros	ORIQUI	3,83	229,80
10	Cera Preta Antiderrapante	12	Litros	ORIQUI	8,95	107,40
11	Desinfetante para uso hospitalar	360	Litros	BECKER	3,68	1.324,80
12	Detergente para uso hospitalar	360	Litros	BECKER	8,60	3.096,00
13	Disco Limpador Verde 400 mm	120	Unidades	BETTANIN	6,10	732,00
14	Disco Limpador Verde 510 mm	180	Unidades	BETTANIN	8,20	1.476,00
15	Disco Removedor Preto 400 mm	120	Unidades	BETTANIN	6,10	732,00
16	Disco Removedor Preto 510mm	180	Unidades	BETTANIN	8,20	1.476,00
17	Dispensador de álcool gel	10	Unidades	SUPERPRO	8,44	84,40
18	Escova de lavar roupa oval	24	Unidades	SUPERPRO	1,06	25,44
19	Esponja de Aço	360	Unidades	ASSOLAN	1,26	453,60
20	Esponja Dupla face	720	Unidades	JEITOSA	0,38	273,60
21	Flanela Branca	240	Unidades	SÃO JOANENSE	0,47	112,80
22	Gorro descartável	3600	Unidades	MEDIX	0,06	216,00
23	Limpador Instantâneo	240	Litros	UZUCLEAN	0,95	228,00
24	Luvas de borracha EPI Grande cor amarela	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
25	Luvas de borracha EPI Grande cor azul	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
26	Luvas de borracha EPI Grande cor	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00





SENADO FEDERAL

	branca					
27	Luvas de borracha EPI Média cor amarela	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
28	Luvas de borracha EPI Média cor azul	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
29	Luvas de borracha EPI Média cor branca	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
30	Luvas de borracha EPI Pequena cor amarela	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
31	Luvas de borracha EPI Pequena cor azul	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
32	Luvas de borracha EPI Pequena cor branca	300	Pares	VOLKS	3,01	903,00
33	Luvas grossas de borracha de cano longo	200	Pares	VOLKS	3,01	602,00
34	Máscara	3600	Unidades	DESCARPACK	0,06	216,00
35	Óculos	90	Unidade	SUMMER	1,30	117,00
36	Odorizante de Ambientes 300 ml	120	Frascos	PURO AR	5,49	658,80
37	Pano de Chão alvejado	500	Unidades	JUKA TEXTIL	1,81	905,00
38	Papel Higiênico picotado branco	2.500	Unidades	ABBASPEL	1,40	3.500,00
39	Papel toalha três dobras branco	600	Fardos com 1.100 folhas	ABBASPEL	9,12	5.472,00
40	Pasta tipo Joia 500g	96	Unidades	VITRAL	3,16	303,36
41	Rodo de madeira 60 cm	96	Unidades	RODOCABOS	1,30	124,80
42	Sabão barra	240	Unidades	NOBRE	0,57	136,80
43	Sabão de Coco em Barra	240	Unidades	NOBRE	1,72	412,80
44	Sabão em Pó	96	Quilogramas	URCA	1,80	172,80
45	Sabonete Refil 800 ml p/saboneteira	120	Unidades	SOFT	5,70	684,00





SENADO FEDERAL

46	Saboneteira	20	Unidades	SUPERPRO	8,44	168,80		
47	Saco lixo 40 Litros- branco logotipo infectante	3.000	Unidades	GOIÁS PLÁSTICO	0,06	180,00		
48	Saco lixo branco logotipo infectante 100 Litros	3.000	Unidades	GOIÁS PLÁSTICO	0,12	360,00		
49	Sacos lixo 100 Litros preto	3.000	Unidades	GOIÁS PLÁSTICO	0,16	480,00		
50	Sacos lixo 40 Litros preto	3.000	Unidades	GOIÁS PLÁSTICO	0,10	300,00		
51	Vassoura Sanitária	120	Unidades	VARREBRAS	1,35	162,00		
EQUIPAMENTOS								
Item	Produto	Quantidade anual	Apresentação	Marca/Modelo	Valor Unitário	Depreciação	Valor Mensal	Valor Total Anual
52	Aspirador de pó/líquido	01	Unidade	ELECTROLUX	259,00	60	4,32	51,80
53	Carro funcional	04	Unidades	ROMHER	129,00	60	2,15	25,80
54	Carro para transporte de resíduos	02	Unidades	GOP	246,26	60	4,10	49,25
55	Conjunto MOP - Cabo e luva tipo cabeleira plana função pó	05	Unidades	NOBRE	115,70	12	9,64	115,70
56	Conjunto MOP - Cabo e luva tipo cabeleira plana função úmida	05	Unidades	NOBRE	134,64	12	11,22	134,64
57	Enceradeira - baixo nível de ruído	02	Unidades	ROMHER	474,00	60	7,90	94,80
58	Escada metálica - 7 degraus	01	Unidade	CONDOR	54,00	60	0,90	10,80





SENADO FEDERAL

59	Espátula	03	Unidades	VONDER	1,29	12	0,11	1,29
60	Extensão - 20 m	02	Unidades	ROMHER	20,97	60	0,35	4,19
61	Vassoura de limpeza de teto	02	Unidades	VARREBRAS	5,10	12	0,43	5,10
62	Kit Limpador de vidro	02	Unidades	ROMHER	17,60	12	1,47	17,60
63	Mangueira de 20 a 30 m	02	Unidades	AQUAFLEX	32,40	60	0,54	6,48
64	Placa de sinalização	05	Unidades	ROMHER	5,94	60	0,10	1,19
65	Porta papel-toalha	20	Unidades	SUPERPRO	4,69	60	0,08	0,94
66	Tanquinho elétrico	01	Unidade	ELECTROLUX	128,70	60	2,15	25,74
VALOR TOTAL ANUAL (R\$)							39.980,62	

TABELA 3 - CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS

Discriminação	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
MÃO-DE-OBRA	R\$ 27.725,54	R\$ 332.706,48
MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS	R\$ 3.331,72	R\$ 39.980,62
TOTAL GLOBAL	R\$ 31.057,26	R\$ 372.687,10

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor anual estimado para os **materiais, insumos e equipamentos** constantes do Anexo 12 é de **R\$ 39.980,62** (trinta e nove mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos), que será calculado a partir da demanda. O pagamento será efetuado de acordo com o efetivo consumo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de **R\$ 372.687,10** (trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO TERCEIRO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

I - Os valores unitários constantes na proposta da CONTRATADA, referentes aos materiais, insumos e/ou serviços, serão pagos apenas quando efetivamente utilizado ou prestado.

II - A CONTRATADA apresentará à fiscalização documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, discriminando os serviços executados e/ ou os materiais utilizados.

PARÁGRAFO QUINTO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Oitavo e à apresentação de:

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes à remuneração mensal e, quando for o caso, de férias, do respectivo adicional e do 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;



**SENADO FEDERAL**

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da referida Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO NONO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Sexto ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso VIII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Sexto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Sexto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.



**SENADO FEDERAL**

II – Os itens referentes à depreciação de ferramentas/equipamentos ou materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do *caput* do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato rege-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 213773 e Naturezas de Despesas 3.3.90.37 e 3.3.90.30, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2023NE002407 e 2023NE002408.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 18.634,35** (dezoito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos), correspondente a **5 % (cinco por cento)** do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou



**SENADO FEDERAL**

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;



**SENADO FEDERAL**

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da



**SENADO FEDERAL**

União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

I – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória, por dia de atraso, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula:

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado.
4	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto.

GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
5	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
6	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço extraordinário.
7	Deixar de comunicar formalmente ao gestor e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
8	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida , por empregado.

GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
9	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios.
10	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado.
11	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado.
12	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital.





SENADO FEDERAL

GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
13	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado.
14	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
15	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.

GRAU 5	
De 1,7 (um inteiro e sete décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
16	Interromper a realização dos serviços.
17	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato.
18	Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado

GRAU 6	
De 3,3 (três inteiros e três décimos) até 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O somatório das multas moratórias previstas nesta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.



**SENADO FEDERAL**

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A não apresentação da documentação prevista no inciso II do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro desta cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Quinto e Décimo Primeiro seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;



**SENADO FEDERAL**

- VI -** a não reincidência da infração;
- VII -** a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII -** a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes ; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Terceira deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXIV da Cláusula Segunda e do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.





SENADO FEDERAL

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2023.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

FLAVIA MACENA DE SOUSA:0299991610
Assinado de forma digital por
FLAVIA MACENA DE
SOUSA:02999916108
Dados: 2023.08.02 17:56:18 -03'00'

8

FLÁVIA MACENA DE SOUSA
REAL JG FACILITIES S/A

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2023\MINUTAS\CONTRATO\REAL JG - CT NOVO - 191 2023 (A).docx



Empresa - REAL JG FACILITIES LTDA
 CNPJ - 07.478.593/001-20
 Pregão - 62/2023
 Processo nº 00200.000191/2023-58
 Data Proposta - 27/07/2023

Item	Subitem	Posto de trabalho	QTDE	REMUNERAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL	PREÇO TOTAL ANUAL
	1.1	Encarregado de limpeza - segunda à sábado 44 hras semanais	1	R\$ 3.261,58	R\$ 7.804,30	R\$ 7.804,30	R\$ 93.651,60
	1.2	Servente - segunda à sábado 44 hras semanais	4	R\$ 1.779,92	R\$ 4.980,31	R\$ 19.921,24	R\$ 239.054,88
1	Total mão-de-obra		5			R\$ 27.725,54	R\$ 332.706,48
2	Materiais e equipamentos						R\$ 39.980,62
	Total global						R\$ 372.687,10



Empresa - REAL JG FACILITIES LTDA
CNPJ - 07.478.593/001-20
Pregão - 62/2023
Processo nº 00200.000191/2023-58
Data Proposta - 27/07/2023

Item	POSTO DE TRABALHO	QTDE	DGBM POSTO	DGBM MENSAL
1.1	Encarregado de limpeza - segunda à sábado 44 hrs semanais	1	R\$ 1.010,77	R\$ 1.010,77
1.2	Servente - segunda à sábado 44 hrs semanais	4	R\$ 551,44	R\$ 2.205,76
	TOTAL DGBM	5		R\$ 3.216,53



Empresa - REAL JG FACILITIES LTDA
 CNPJ - 07.478.593/001-20
 Pregão - 62/2023
 Processo nº 00200.000191/2023-58
 Data Proposta - 27/07/2023

Subitem	POSTO DE TRABALHO	QTDE	Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR))	Somatório das Multas do FGTS (Avisos Trabalhados e Indenizado)	Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	Lucro (módulo 5)	Total posto	Total Mensal
1.1	Encarregado de limpeza - segunda à sábado 44 hrs semanais	1	R\$ 362,40	R\$ 271,80	R\$ 228,06	R\$ 124,59	R\$ 13,91	R\$ 10,01	R\$ 1.010,77	R\$ 1.010,77
1.2	Servente - segunda à sábado 44 hrs semanais	4	R\$ 197,77	R\$ 148,33	R\$ 124,46	R\$ 67,99	R\$ 7,59	R\$ 5,30	R\$ 551,44	R\$ 2.205,76
TOTAL DGBM										R\$ 3.216,53




1.1		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Encarregado de limpeza - segunda à sábado 44 hrs semanais		
CCT	DF00037/2023 - SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF (vigente até 31/12/2023)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.997,58
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade	20,00%	264,00
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			3.261,58
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		106,15
	Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 21 dias úteis)		1.084,72
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			1.190,87
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
	Uniformes		53,61
	EPI's		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			53,61
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	652,32
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	48,92
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	32,62
	INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,52
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	81,54
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	260,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,16000%	70,45
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	19,57
	TOTAL :	35,96000%	1.172,86
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	271,80
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,99667%	97,74
	TOTAL :	11,33000%	369,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,01618%	0,53
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00582%	0,19
	TOTAL :	0,02200%	0,72
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	13,59
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,09
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,29167%	9,51
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,10488%	3,42
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	124,59
	TOTAL :	4,66655%	152,20
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	271,80
	Terço constitucional de férias	2,77778%	90,60
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,27778%	9,06
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,00694%	0,23
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27778%	9,06
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,06
	Subtotal	11,70611%	381,80
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,20952%	137,30
	TOTAL :	15,92%	519,10
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,96%	1.172,86
4.2.	13º SALÁRIO	11,33%	369,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,72
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	4,67%	152,20
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	15,92%	519,10
	TOTAL :	67,89%	2.214,42
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 6.720,48
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	1,41%	94,76
B	LUCRO	1,00%	68,15
C	TRIBUTOS	11,80%	920,91
C.1	Tributos Federais (PIS)	1,21%	94,43
	Tributos Federais (COFINS)	5,59%	436,26
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	390,22
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	14,21%	1.083,82
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.804,30



1.2		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Servente - segunda à sábado 44 hrs semanais		
CCT	DF00037/2023 - SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF (vigente até 31/12/2023)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.515,92
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade	20,00%	264,00
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intra jornada		
	Outros Dif horas extras		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			1.779,92
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		195,04
	Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 21 dias úteis)		1.084,72
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			1.279,76
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
	Uniformes		21,81
	EPI's		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			21,81
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	355,98
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	26,70
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	17,80
	INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,56
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	44,50
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	142,39
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,16000%	38,45
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	10,68
	TOTAL :	35,96000%	640,06
4.2. 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	148,33
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,99667%	53,34
	TOTAL :	11,33000%	201,67
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,01618%	0,29
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00582%	0,10
	TOTAL :	0,02200%	0,39
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	7,42
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,59
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,29167%	5,19
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,10488%	1,87
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	67,99
	TOTAL :	4,66655%	83,06
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	148,33
	Terço constitucional de férias	2,77778%	49,44
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,27778%	4,94
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,00694%	0,12
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27778%	4,94
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,58
	Subtotal	11,70611%	208,36
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,20952%	74,93
	TOTAL :	15,92%	283,29
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,96%	640,06
4.2.	13º SALÁRIO	11,33%	201,67
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,39
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	4,67%	83,06
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	15,92%	283,29
	TOTAL :	67,89%	1.208,47
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 4.289,96
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	1,41%	60,49
B	LUCRO	0,97%	42,19
C	TRIBUTOS	11,80%	587,68
C.1	Tributos Federais (PIS)	1,21%	60,26
	Tributos Federais (COFINS)	5,59%	278,40
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	249,02
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)		14,18%	690,35
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	4.980,31



 O documento foi assinado por:

RODRIGO GALHA	02/08/2023 18:54:26	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	02/08/2023 18:59:15	
ILANA TROMBKA	03/08/2023 14:29:42	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.